

## FEBRE AMARELA: orientações de enfermagem à saúde dos viajantes em unidades básicas de saúde<sup>a</sup>

Anna Paula MALLET<sup>b</sup>, Clarice Maria DALL'AGNOL<sup>c</sup>, Dirciara Baraãno SOUZA<sup>d</sup>

### RESUMO

Estudo qualitativo, exploratório-descritivo, com objetivo de investigar as práticas de enfermagem para a orientação à saúde dos viajantes, tendo-se coletado dados junto a profissionais de enfermagem que atuam no setor de imunização de três Unidades Básicas de Saúde em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, utilizando-se a técnica de entrevista semi-estruturada. Da análise de conteúdo emergiram cinco categorias: perfil de atendimento, orientação à saúde, encaminhamentos para troca do Cartão Nacional de Vacinação pelo Certificado Internacional de Vacinação, fonte de informações e material informativo. Os resultados sinalizam o início de uma organização das práticas de enfermagem voltadas para a saúde dos viajantes, indo além do enfoque na febre amarela. Falhas nas orientações para aquisição do Certificado Internacional de Vacinação ainda ocorrem e faltam materiais informativos. Aponta-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a saúde dos viajantes para uma revisão das estratégias de organização desse cuidado e encaminhamentos para a construção de uma política específica.

**Descritores:** Educação em saúde. Gestão em saúde. Saúde do viajante. Políticas públicas de saúde.

### RESUMEN

*Estudio cualitativo, exploratorio-descriptivo, con objetivo de investigar las prácticas de enfermería para la orientación a la salud de los viajeros, tras la recolección de datos junto a profesionales de enfermería que actúan en el sector de inmunización de tres Unidades Básicas de Salud en Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, utilizando la técnica de entrevista semiestructurada. A partir del análisis de contenido emergieron cinco categorías: perfil de atendimento, orientación a la salud, encaminhamientos para cambio de Carnet Nacional de Vacunas por el Certificado Internacional de Vacunas, fuente de informaciones y material informativo. Los resultados señalan el principio de una organización de las prácticas de enfermería volcadas hacia la salud de los viajeros, yendo más allá del enfoque en la fiebre amarilla. Fallas en las orientaciones para la adquisición del Certificado Internacional de Vacunas aún ocurren y faltan materiales informativos. Se apunta la necesidad de ampliar las discusiones sobre la salud de los viajeros para una revisión de las estrategias de organización de ese cuidado y encaminhamientos para la construcción de una política específica.*

**Descriptores:** Educación en salud. Gestión en salud. Salud del viajero. Políticas públicas de salud.

**Título:** Fiebre amarilla: orientaciones de enfermería a la salud de los viajeros en unidades básicas de salud.

### ABSTRACT

*The objective of this qualitative, exploratory and descriptive study is to investigate the nursing practices related to travelers' health counseling. Data were collected from nursing professionals who work in the immunization sector of three Basic Health Units in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil, using the technique of semi-structured interview. Five categories emerged from content analysis: care profile, health orientation, referrals to exchange the National Immunization Card for the International Certificate of Vaccination, information source and information material. The results signal the beginning of an organization of nursing practices focused on travelers' health, going beyond the focus on yellow fever. Failures in guidelines for acquisition of International Certificate of Vaccination still occur and information materials are missing. It points out to the need of broadening the discussion on travelers' health for a review of strategies for care organization and referrals for the construction of a specific policy.*

**Descriptors:** Health education. Health management. Travelers' health. Health public policy.

**Title:** Yellow fever: nurse counseling on travelers' health at basic health clinics.

<sup>a</sup> Parte da monografia apresentada em dezembro de 2006 à Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EEnf-UFRGS).

<sup>b</sup> Enfermeira, Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ), Coordenadora do Grupo de Estudos em Urgências e Emergências (GEUE), Araxá, Minas Gerais, Brasil.

<sup>c</sup> Doutora em Enfermagem, Docente da EEnf-UFRGS, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da EEnf-UFRGS, Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Gestão em Enfermagem (NEGE), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>d</sup> Mestre em Enfermagem, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da EEnf-UFRGS, Bolsista REUNI, Membro do NEGE, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

## INTRODUÇÃO

As evidências apresentadas pela ocorrência de epidemias e pandemias por doenças emergentes e reemergentes sinalizam nos viajantes um potencial para o transporte de agentes infecciosos, seus vetores e ainda hábitos que podem propiciar a emergência de doenças. No Brasil, embora a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) venham impulsionando um movimento para a reordenação das práticas de cuidado à saúde dos viajantes, ainda se visualiza na oferta da vacina contra a febre amarela o principal elo entre essa população e os serviços de saúde<sup>(1)</sup>.

Enquanto possibilidade para esta situação associa-se o fato da vacina contra febre-amarela ser a única exigência para o trânsito internacional por áreas consideradas endêmicas para a doença<sup>(2)</sup>. Além disso, as alterações do cenário epidemiológico da febre amarela no país, principalmente no Rio Grande do Sul (RS) – que até abril de 2009 teve 29 notificações de casos suspeitos de febre amarela silvestre e, destes, 18 casos foram confirmados para a doença, levando sete pessoas ao óbito<sup>(3)</sup> – já justificariam o interesse e a relevância da temática. Essa realidade acena para o risco iminente de reurbanização da doença no Brasil, estando essa possibilidade de reintrodução da febre amarela nas cidades diretamente relacionada ao elevado número de pessoas não imunizadas que se deslocam rapidamente de e para áreas de risco<sup>(4)</sup>.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem-se em importantes campos a serem investigados. Isto por apresentarem-se como referência principal à oferta da vacina quando comparadas aos serviços de vacinação dos postos de controle sanitário da ANVISA<sup>(1,5)</sup>, ambos integrantes da rede de cuidado do viajante no Sistema Único de Saúde (SUS). Diante disso e, por ser a equipe de enfermagem a responsável pelo serviço de imunização dessas UBS, surgiram alguns questionamentos: como a equipe de enfermagem das UBS de Porto Alegre, referência para a vacina contra febre amarela, vem orientando o usuário-viajante que busca esse serviço? Estas equipes reconhecem a importância do espaço das UBS para a prática de educação em saúde? Existe integração entre as UBS e a ANVISA? Quem informa e atualiza esses profissionais de enfermagem para a prática de orientação a saúde dos viajantes e recomendação de vacinas a serem administradas?

Nessa perspectiva, buscou-se investigar junto às UBS de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), que imunizam contra febre amarela, sobre a prática de orientação de enfermagem à saúde dos usuários-viajantes. Como desdobramento deste eixo principal chegou-se a três objetivos específicos: identificar as fontes de informações dos participantes para a orientação aos usuários-viajantes; averiguar acerca do teor das informações que são concedidas pela equipe de enfermagem aos usuários-viajantes sobre a exigência e/ou recomendação da vacina contra febre amarela e a emissão do Certificado Internacional de Vacinação (CIV), bem como, outras recomendações à saúde dos viajantes, considerando a área de destino dos mesmos; e sinalizar a representatividade do órgão regulador, ANVISA, junto à equipe de enfermagem nas questões relativas à vacinação contra febre amarela e o CIV. Menciona-se que após o período desta pesquisa, ano de 2006, o CIV passou por modificações em seu modelo, a fim de atender a nova versão do Regulamento Sanitário Internacional, aprovada em 2005<sup>(6)</sup>. Assim, encontra-se em fase de implantação no Brasil, desde junho de 2007, o Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia (CIVP).

## MÉTODO

A pesquisa situa-se na vertente qualitativa do tipo exploratório-descritiva. Esta modalidade proporciona maior familiaridade com o problema, possibilitando constituir hipóteses e descrever as características de determinada população ou fenômeno<sup>(7)</sup>.

### Local de realização e sujeitos

Como campo de pesquisa elegeu-se as UBS que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre/RS indicou como locais de referência para a vacinação contra febre amarela, condição vigente até o término da coleta de dados. São elas: Centro de Saúde Modelo, Centro de Saúde IAPI e Unidade Básica de Saúde Tristeza, pertencentes respectivamente às Gerências Centro, Noroeste/Humaitá/Ilhas e Sul/Centro Sul da SMS. Considera-se importante mencionar que, no segundo semestre de 2008, devido às mudanças no cenário epidemiológico da febre amarela no RS<sup>(3)</sup>, conforme referenciadas anteriormente, essa vacina passou a ser oferecida em todas as UBS do município de Porto Alegre, RS.

A amostra de referência compõe-se de três profissionais da área de enfermagem, incluindo duas enfermeiras e um auxiliar de enfermagem, integrantes de cada uma das três UBS em estudo. Priorizou-se como sujeito de estudo enfermeiras líderes de equipe por serem responsáveis por definir micro-políticas para a organização e efetivação do trabalho cotidiano, repercutindo concretamente na qualidade das ações de saúde que são ofertadas aos usuários, como é o caso de viajantes que comparecem a esses locais em busca de vacinação contra a febre amarela e dos encaminhamentos pertinentes.

Foram excluídas aquelas enfermeiras que estavam ausentes no período da coleta de dados por motivos diversos (licença de saúde, licença de interesse, férias, etc.) ou que não concordaram em participar quando da seleção. Nesses casos, previa-se a indicação de outro informante junto ao responsável pelo serviço, o que de fato aconteceu em um dos três locais. A enfermeira responsável encontrava-se em licença saúde prolongada. O setor tomou a iniciativa de contatá-la por telefone e a mesma delegou um funcionário habilitado para conceder as informações, que no caso, foi um auxiliar de enfermagem.

### **Coleta de dados e procedimentos de análise**

As entrevistas foram Semi-Estruturadas, com gravação em áudio. Este tipo de entrevista caracteriza-se por utilizar um roteiro norteador, possibilitando que o entrevistado discorra sobre o tema proposto, sem condicionar respostas a determinadas alternativas<sup>(8)</sup>. Esta escolha, também, justifica-se por auxiliar nas pesquisas qualitativas ao propiciar aos integrantes da relação (pesquisador-pesquisado) oportunidade para darem alguma direção, a partir de um questionamento básico<sup>(9)</sup>.

Para o tratamento das informações optou-se pela análise de conteúdo<sup>(8)</sup>, relacionando as estruturas semânticas (significantes) com as estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Após transcrição na íntegra do material, proveniente das gravações em áudio, realizou-se a análise das entrevistas, conforme orientação das questões e objetivos do estudo.

### **Precauções com aspectos éticos**

Atendendo às recomendações da Resolução 196/96 do Ministério da Saúde<sup>(10)</sup>, relativas a pes-

quisas com seres humanos, os sujeitos do estudo foram informados sobre a natureza dessa investigação, objetivos, métodos, tempo de realização e benefícios previstos. Foi assegurado garantia de anonimato e de uso dos dados para fins únicos de pesquisa com orientação quanto ao caráter de livre participação. Também, se buscou anuência para gravação em áudio por meio de um Termo de Consentimento Livre e Informado, entregue em duas vias, ficando uma em posse do entrevistado e outra em posse do pesquisador.

O Projeto foi submetido à apreciação da Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com posterior envio para a Comissão de Ética em Pesquisa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde foi homologado conforme Parecer nº 86/06. Somente em posse dos documentos comprobatórios da homologação nessas instâncias procedeu-se à coleta de dados.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O teor das informações foi agrupado em cinco categorias de análise: perfil de atendimento, orientações / recomendações à saúde, encaminhamentos para troca do Cartão Nacional de Vacinação (CNV) pelo CIV, fonte de informações e material informativo.

### **Perfil de atendimento**

Embora as UBS selecionadas pela SMS do município de Porto Alegre, RS, para ofertarem a imunização contra a febre amarela tenham sido distribuídas geograficamente entre as gerências distritais Centro, Noroeste/Humaitá/Ilhas e Sul/Centro Sul com o objetivo de descentralizar a demanda, constatou-se neste estudo uma expressiva centralização da procura pela vacina contra febre amarela na gerência Centro. A partir da fala dos participantes da pesquisa, esta situação tem justificativa na localização privilegiada desse serviço e, portanto, pela facilidade de acesso, principalmente para aqueles usuários-viajantes oriundos de outros municípios da Grande Porto Alegre, onde não há distribuição desta vacina. Porém, concorda-se com a defesa<sup>(11)</sup> de que o uso de serviços pode ser uma medida de melhor acesso, mas não se explica apenas por ele.

A despeito de o acesso ser um importante determinante do uso, o uso efetivo dos serviços de saúde resulta de uma multiplicidade de fatores, tais como fatores individuais predisponentes, fatores contextuais e relativos à qualidade do cuidado, que influenciam o uso e a efetividade do cuidado. Assim, é importante que o serviço da gerência Centro seja analisado em suas particularidades, considerando-se sua demanda ser triplamente maior quando comparada aos serviços das duas outras gerências envolvidas no estudo.

Entretanto, não se pode deixar de associar a essa maior demanda o fato das agências de turismo da Grande Porto Alegre serem a principal fonte de informação aos viajantes e terem essa gerência como referência para acesso à vacina contra febre amarela<sup>(5)</sup>. Com isso, visualiza-se a necessidade de desenvolver um planejamento, a fim de se estabelecer coordenação e integração entre as diferentes unidades de trabalho, rumo à organização dessa demanda.

O atendimento ao usuário-viajante que busca o serviço de imunização, na maioria das vezes, é realizado pelos auxiliares de enfermagem. A enfermeira, na maioria das vezes, direciona sua atenção para atender suspeitas de reações adversas à vacina contra febre amarela, preenchendo o formulário de notificação específico para essas demandas. Dessa forma, participa muito pouco na orientação direta ao usuário/viajante. Apenas numa das unidades a enfermeira relatou comparecer e permanecer mais tempo na sala de vacinas, disponibilizando-se a orientações gerais.

De acordo com o teor das entrevistas, a participação do auxiliar de enfermagem como sujeito de estudo não acarretou divergências, comparada aos depoimentos das enfermeiras. Com isso observa-se uma integração enfermeira-auxiliar, evidenciando o trabalho em equipe já preconizado como essencial para a organização do serviço de enfermagem em estudos realizados na década de 50<sup>(12)</sup>.

### Recomendações e orientações à saúde

Geralmente os usuários-viajantes procuram as UBS para receberem a vacina contra febre amarela. Isto justifica a ênfase dada pelos participantes às orientações referentes a esse imunobiológico, mencionando as contra-indicações da vacina contra febre amarela para gestantes, imunodeprimidos e pessoas alérgicas a proteína do ovo. Ressaltam,

ainda, a validade de dez anos e a recomendação da aplicação a partir dos nove meses de idade. Para aqueles que estão recebendo a vacina pela primeira vez (primovacinação) são advertidas possíveis reações adversas como: cefaléia leve, dor no corpo, dor no local da aplicação e hipertermia leve, variando conforme cada organismo. De acordo com o destino são fornecidas orientações relevantes quanto à prevenção de demais doenças transmissíveis. Reportam-se a importância do uso de repelente e roupas adequadas para proteção do corpo, a fim de evitar o contato com o vetor da doença, principalmente aqueles que se destinam as áreas de grande população de mosquitos, matas e rios.

Além da vacina contra febre amarela, a equipe reconhece a necessidade de recomendar outras vacinas que não são obrigatórias aos viajantes, seguindo a orientação do Núcleo de Imunizações da SMS. Mencionam que a procura pela vacina contra a febre amarela, no serviço de imunização das UBS, coloca-os em papel de destaque pela oportunidade de contato direto com essa população. Oportunidade essa que se constitui em espaço para a orientação sobre a necessidade de outros imunobiológicos, conforme seus roteiros de viagem e, sobre cuidados importantes durante a viagem para minimizar a exposição a riscos.

Sinaliza-se esse espaço como ideal para as práticas de educação em saúde, significando um trabalho dirigido para atuar sobre o conhecimento das pessoas, a fim de desenvolverem senso crítico e capacidade de intervenção sobre suas vidas e sobre o ambiente com o qual interagem<sup>(13)</sup>.

Alguns viajantes em trânsito para áreas específicas são informados sobre a importância de serem vacinados contra poliomielite (VOP), de receberem a tríplice viral (MMR) e a antitetânica (dT). Porém outras vacinas fazem parte da lista<sup>(14)</sup> de imunobiológicos a serem consideradas durante o planejamento para o cuidado do viajante e que não foram mencionadas no estudo, como: a vacina contra o sarampo, hepatite A e B, encefalite japonesa, tuberculose, influenza, entre outras. Algumas dessas vacinas, por não integrarem o calendário das vacinas de rotina do Programa Nacional de Imunizações (PNI)<sup>(14)</sup>, não são oferecidas nas UBS. Esta situação culmina no encaminhamento do viajante pelo profissional de enfermagem para o Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE). Entretanto, é importante atentar-se para o fato de que este procedimento constitui-se numa prática

informal e que muitas vezes não garante o acesso do viajante à vacina, uma vez que ainda não se têm um calendário específico para essa população. Diante disso, reforça-se a necessidade de uma política de saúde do viajante.

### **Encaminhamentos para troca do CNV pelo CIV**

Nas UBS o registro da vacina contra febre amarela se dá no CNV, válido em todo território brasileiro. Se posteriormente, o viajante que dispõe deste registro nacional necessitar de comprovação da vacina no CIV, no caso de se deslocar para países que exigem essa vacinação de procedentes do Brasil, este é orientado pela equipe de enfermagem a procurar um serviço da ANVISA disponível em Postos de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras distribuídos nos vinte e seis Estados e Distrito Federal, para que se efetue a transcrição dos dados.

Verificou-se com este estudo que existe a preocupação dos profissionais das UBS em esclarecer os acessos e documentos necessários aos viajantes com trânsito internacional para a obtenção do CIV junto aos serviços da ANVISA. Porém, esta orientação quanto à documentação necessária se dá de forma incompleta em dois dos três campos de pesquisa, culminando em entraves para a obtenção do CIV. Cartazes com informações sobre endereço, telefone e horários para troca foram observados em todos os locais do estudo, devido à necessidade de orientação aos viajantes com destino internacional. Mas os participantes explicitam na fala, como dificuldade para o acesso dos viajantes ao CIV e para a confecção desses cartazes informativos, as freqüentes mudanças no horário de atendimento no Posto de Controle Sanitário da ANVISA, situado no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Quanto ao local para troca do CNV pelo CIV, houve menção aos postos de atendimento da ANVISA situados no Cais do Porto de Porto Alegre e no Aeroporto Internacional Salgado Filho, evidenciando-se neste último a referência para todos os três campos de pesquisa.

Para emissão do CIV a autoridade sanitária exige do viajante alguns procedimentos, entre eles: apresentação do CNV (com data, lote, carimbo, assinatura do profissional de saúde e identificação da unidade de saúde), apresentação do documento de identidade oficial com foto e a presença pessoal do viajante para assinatura do CIV<sup>(15)</sup>. No entanto, essa documentação exigida está sendo informada de

maneira incompleta, havendo apenas um dos postos com a orientação completa. Assim, embora manifestem interesse em informar corretamente, na prática isto não se concretiza. Parece haver pouca sensibilização para a importância da temática que poderia estar sinalizando a necessidade de uma formação mais direcionada desses profissionais.

### **Fonte de informações**

Nas falas de todos os entrevistados evidencia-se forte ancoragem ao Núcleo de Imunizações da SMS, bem como a satisfação na oferta do suporte necessário às vacinas e atualizações periódicas de informações. O contato das unidades de saúde restringe-se ao Núcleo, especialmente no que se refere à lista dos países que exigem a vacinação contra a febre amarela de brasileiros e a lista dos locais dentro do país para os quais há uma recomendação desta vacina por tratar-se de áreas endêmicas ou de circulação do vírus. O Núcleo também se responsabiliza pelo repasse às UBS das orientações à saúde dos usuários-viajantes, de acordo com o destino dos mesmos. Ainda, articula-se com a SMS e esta com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), de forma regionalizada e hierarquizada, conforme preconizado pela Lei Orgânica da Saúde – Lei 8.080/90<sup>(16)</sup>, a qual estabelece as diretrizes do SUS. Desta forma, compete à SES estabelecer um contato direto com a ANVISA, referida como Ministério da Saúde (MS) pelos sujeitos da pesquisa.

Periodicamente, o Núcleo de Imunizações envia às UBS memorandos ou e-mails atualizando a lista dos países que exigem a vacinação contra a febre amarela, bem como as regiões brasileiras com áreas consideradas de risco. No entanto, foi possível identificar neste estudo que, o usuário-viajante quando acessa o serviço de saúde está previamente orientado a solicitar a vacinação contra a febre amarela, sendo as agências de viagem as principais fontes de informação desses usuários. Tal fato justifica a importância de se estabelecer uma parceria entre as UBS e essas agências, com vistas a um trabalho integrado que culmine na implementação de estratégias para o cuidado e orientação aos viajantes.

### **Material informativo**

Com esta investigação verificou-se que na Rede Básica de Saúde do município de Porto Alegre não há distribuição de material informativo com

orientações sobre a vacinação contra a febre amarela ou outros imunobiológicos recomendados a viajantes, orientações relacionadas a cuidados durante a viagem e encaminhamentos para aquisição do CIV. Quando questionado aos informantes desse estudo sobre sugestões de conteúdo, considerando a possibilidade de se elaborar um material para distribuição aos usuários-viajantes nas UBS, evidenciou-se uma expressiva empolgação em seus relatos.

Os temas sugeridos foram quase que unânimes entre todos os sujeitos, destacando-se o conceito de febre amarela. Modo de transmissão; como se pega? Medidas preventivas e outros cuidados; como posso me prevenir? Sintomas da doença (febre amarela); o que se sente? Lista dos países que exigem a vacina e regiões recomendadas. Orientações/recomendações de quem pode ou não receber a vacina; posso receber a vacina contra a febre amarela? Reações adversas; o que posso sentir após a administração da vacina? Prazo entre a data da vacinação e o embarque; quantos dias antes da viagem devo fazer a vacina?

Este resultado sinaliza uma contradição instalada. Embora a importância de orientar os viajantes sobre a necessidade de outros imunológicos tenha sido mencionada pelos participantes, a temática saúde do viajante ainda encontra-se fortemente ancorada na idéia da vacinação contra a febre amarela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência das informações entre os sujeitos das três Unidades que disponibilizam a vacinação contra a febre amarela sinalizam o início de uma organização para a prática de orientação à saúde dos usuários-viajantes, pela enfermagem. Entretanto percebe-se um envolvimento ainda muito discreto das enfermeiras com a temática. A demanda excessiva na UBS da gerência Centro incita a necessidade de uma melhor avaliação das particularidades dessa Unidade, a fim de se investigar possíveis diferenças na oferta desse cuidado com relação às outras duas UBS envolvidas na pesquisa.

Por outro lado, o fácil acesso também aparece na fala dos participantes como justificativa para a maior procura desse serviço. Ao pensar sobre esse acesso, percebe-se uma centralização pré-estabelecida da demanda por se identificar que somente três UBS no município de Porto Alegre ofereciam

a vacina contra febre amarela, afunilando os caminhos de acesso. Convém mencionar que a noção de territorialidade trazida pelo SUS<sup>(16)</sup>, preconiza a não centralização da demanda. Essa situação somente se reverteu diante da emergência apresentada pelo cenário epidemiológico da febre amarela no Estado do Rio Grande do Sul a partir do ano de 2008, quando essa vacina passou a ser oferecida em todas as UBS.

No trabalho em equipe, verificou-se interação dos profissionais na prática comunicativa, bem como, na realização das tarefas pertinentes a imunização. Os profissionais das UBS estudadas demonstraram que existe uma integração da equipe e uma valorização do trabalho grupal, tanto pelas enfermeiras quanto pelos auxiliares de enfermagem. Os participantes reconhecem a necessidade de recomendar aos usuários-viajantes outros imunobiológicos, além da vacina contra a febre amarela, considerando o curso da viagem. Porém, verifica-se uma contradição ao solicitarem a elaboração de material informativo contemplando somente temas referentes à febre amarela.

No que se refere à fonte de informações, o Núcleo de Imunizações da SMS de Porto Alegre/RS obteve grande destaque na fala dos participantes, evidenciando-se a credibilidade dessa coordenação para a Rede Básica de Saúde. Quanto ao órgão regulador das práticas de orientação e controle sanitário de viajantes, ANVISA, verificou-se que o mesmo tem pouca representatividade junto às UBS, no que diz respeito às ações relacionadas com a vacina contra febre amarela, fato que também se evidenciou em pesquisa<sup>(5)</sup> realizada com as Agências de Turismo. Quanto às orientações para a troca do CNV pelo CIV, os profissionais de enfermagem reforçaram nas falas o compromisso em orientar corretamente sobre as indicações e contra-indicações da vacina contra a febre amarela e a indicação da mesma de acordo com o país de destino do viajante. Mesmo assim, ainda se percebe algumas falhas que parecem estar relacionadas com a pouca comunicação entre as UBS e os Postos de Controle Sanitário da ANVISA, local que fornece o CIV.

Destaca-se a importância desse estudo ao dar visibilidade à temática saúde dos viajantes e a necessidade de se discutir a organização desse cuidado na enfermagem. Os serviços de imunização, que integram às UBS, aparecem como espaços privilegiados para um repensar dessa prática, visto receber os usuários-viajantes que na maioria das vezes

buscam a vacina contra febre amarela. Os resultados, também apontam para a necessidade de uma maior integração entre a ANVISA e a Secretaria de Vigilância em Saúde, por representarem as instâncias governamentais responsáveis pela atenção à saúde do viajante no SUS, sem perder de vista a integração com outros órgãos e organizações que tenham interface com a temática.

Sugere-se, com o resultado desse estudo, um repensar voltado para um planejamento sistêmico, partindo de uma análise situacional, focalizando as forças internas que agem na organização do serviço e, por fim, verificando as influências de âmbito externo. Por fim, recomenda-se a ampliação desse debate entre os gestores federais, estaduais e municipais e profissionais da saúde para a revisão das estratégias de gestão no âmbito desse cuidado, sinalizando a importância de uma política específica.

## REFERÊNCIAS

- 1 Dall'Agnol CM, Souza DB, Mallet AP, Nunes PRS, Liberali J. O (des)conhecimento dos viajantes sobre a exigência da vacinação contra febre amarela: um estudo no Aeroporto Internacional de Porto Alegre, RS. REME: Rev Min Enferm. 2007;11(4):375-80.
- 2 World Health Organization. Vaccine-preventable diseases, vaccines and vaccination [Internet]. Geneva; 2009 [cited 2009 Nov 04]. Available from: [www.who.int/topics/immunization/es](http://www.who.int/topics/immunization/es).
- 3 Secretaria da Saúde (RS), Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Situação atual dos casos suspeitos de febre amarela [Internet]. Porto Alegre; 2009 [citado 2009 abr 22]. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=servicos&cod=22246f>.
- 4 World Health Organization. Assessment of yellow fever epidemic risk: a decision-making tool for preventive immunization campaigns. Wkly Epidemiol Rec. 2007;82(18):153-60.
- 5 Mallet AP. Orientação à saúde dos viajantes: o papel da Rede Básica de Saúde em Porto Alegre [monografia]. Porto Alegre: Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2006.
- 6 World Health Organization. International Health Regulations (2005) [Internet]. Geneva; 2008 [cited 2009 Nov 04]. Available from: <http://www.who.int/ihr/en/index.html>.
- 7 Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2002.
- 8 Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
- 9 Turato ER. Tratado da metodologia clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes; 2003.
- 10 Ministério da Saúde (BR), Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas técnicas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF); 1996.
- 11 Travassos C, Martins M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. Cad Saúde Pública. 2004;20 Supl 2:5190-8.
- 12 Peduzzi M, Ciampone MHT. Trabalho em equipe e processo grupal. In: Kurcgant P, organizadora. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2005. p. 108-24.
- 13 Cecagno D, Siqueira HCH, Vaz MRC. Falando sobre pesquisa, educação e saúde na enfermagem. Rev Gaúcha Enferm. 2005;26(2):154-60.
- 14 Lo CS, Mascheretti M, Chaves TSS, Lopes MH. Vacinação dos viajantes: experiência do Ambulatório dos Viajantes do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Rev Soc Bras Med Trop. 2008;41(5):474-8.
- 15 Ministério da Saúde (BR), Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Orientação ao viajante [Internet]. Brasília (DF); 2006 [citado 2006 maio 05]. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/paf/viajantes/index.htm>.
- 16 Ministério da Saúde (BR). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências [Internet]. Brasília (DF); 1990 [citado 2009 nov 04]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>.

---

**Endereço da autora / Dirección del autor / Author's address:**  
Anna Paula Mallet  
Rua Geralda Rufino Borges, 235,  
Veredos da Cidade  
38182-224, Araxá, MG  
E-mail: [annarmallet@yahoo.com.br](mailto:annarmallet@yahoo.com.br)

Recebido em: 20/11/2009  
Aprovado em: 12/05/2010